



## Ministério do Turismo Conselho Nacional de Turismo

**ATA DA 43ª REUNIÃO DO CONSELHO NACIONAL DE  
TURISMO, REALIZADA EM 09 DE JUNHO DE 2014, EM  
BRASÍLIA-DF.**

**Abertura da reunião pelo *Excelentíssimo Ministro de Estado do Turismo, Senhor Vinicius Lages, presidente do Colegiado.***

Aos nove dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze, às 14h30, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães em Brasília – DF é realizada a 43ª reunião ordinária do Conselho Nacional de Turismo, sob a presidência do ***Excelentíssimo Ministro de Estado do Turismo, Senhor Vinicius Lages***, com coordenação do Secretário Nacional de Políticas de Turismo e secretário executivo do Colegiado, o Sr. Vinícius Lummertz. Após cumprimentos o Secretário solicita a verificação de assinaturas no livro de presença, declara existência de quórum e inicia a sessão agradecendo a presença dos conselheiros, convidados e companheiros de Ministério. Passa a palavra ao **Ministro de Estado de Turismo e presidente do Conselho Nacional de Turismo, Vinicius Lages** que após cumprimentar todos os presentes, declara aberta a 43ª Reunião do CNT e solicita o prosseguimento dos trabalhos da reunião pelo secretário executivo do Conselho. O **Secretário Vinícius Lummertz** solicita aprovação da ata da 42ª reunião, realizada em Brasília em 13 de dezembro de 2013, lembra que a versão preliminar foi enviada antecipadamente aos conselheiros para que procedessem com as correções necessárias. Coloca a ata em votação, indaga se existe alguma manifestação contrária e não havendo considera aprovada a ata da 42ª reunião do Conselho e na sequência solicita o apoio administrativo do Ministério do Turismo para colher as assinaturas dos conselheiros. Segue com a aprovação da ordem do dia e leitura da Pauta. Agradece mais uma vez ao Secretário de Turismo do Distrito Federal, o Sr. Luís Otávio Neves, pelo patrocínio na cessão do espaço no Centro de Convenções. Em nome do ministro e do conjunto de conselheiros dá as boas-vindas ao Sr. Paulo Roberto do Val Nemer, novo titular da ABLA, ao Sr. Márcio Santiago do CBC&VB, e a nova presidente do Fornatur, Sra. Oreni Braga, também presidente da Amazonastur, que não pode comparecer à reunião. Comunica que a matriz de Resultados e Encaminhamentos da última reunião do Conselho está disponível nas pastas dos conselheiros e pede para não fazer a leitura uma vez que algumas observações mais importantes já foram levadas ao conhecimento de todos. Justifica o atraso na data de realização da 43ª reunião anteriormente agendada para ocorrer em Fortaleza - CE, no mês de março, que foi cancelada por motivo da transição ministerial. Lembra a necessidade das entidades atualizarem a sua documentação junto ao Conselho, tais como atas de assembleia de posse da diretoria, estatutos etc. Na sequência, o pronunciamento do **Ministro Vinicius Lages**, que agradece mais uma vez e cumprimenta os presentes. Diz ser uma satisfação poder voltar ao Conselho Nacional de Turismo do qual fez parte representando o Sebrae Nacional, em uma fase importante de implantação do Ministério e do formato atual do Conselho. Cumprimenta o Secretário-Executivo do Ministério, Sr. Alberto Alves, o secretário Vinícius Lummertz antigo colega do Sebrae, que o reencontra na Secretaria Nacional de Políticas de Turismo para compartilhar uma nova fase que precisa ser implementada no turismo brasileiro e também, o Secretário Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo, Neusvaldo Lima, já conhecido de muitos na Esplanada dos Ministérios pelo trabalho realizado em outras pastas, certamente um dos maiores especialistas em infraestrutura no país e que vem contribuindo há vários anos no Ministério do Turismo, o que é um privilégio. Saúda o anfitrião Luís Otávio Neves, Secretário de Turismo do DF e agradece mais uma vez pela cortesia na oferta do espaço para

realizar a reunião no Centro de Convenções. Manifesta o desejo de compartilhar algumas ideias e reflexões acumuladas recentemente através de diálogos com vários representantes de entidades do Conselho e que após três meses à frente do Ministério pode ter mais clareza do diagnóstico e das questões que estavam em curso, o que facilita pensar nos futuros desafios. Ressalta a ação da Embratur de 1992 à 1994 com a implementação do PNMT como um primeiro ciclo que sensibilizou municípios e governos estaduais sobre a importância do turismo para desenvolver o país, porém com ações desarticuladas dos destinos e regiões turísticas e pouco atrelamento à uma agenda de competitividade para o setor. Aponta a estruturação de um segundo ciclo iniciado em 2003, com a criação do Ministério do Turismo e um conjunto de políticas orientadas para estruturar a oferta centrada nas regiões, na segmentação, na roteirização e na qualificação do produto, constituindo efetivamente uma política setorial do turismo descentralizado entre os governos federal, estaduais e municipais, e sobretudo, articulada com as entidades e setores representados no Conselho Nacional de Turismo, apoiado pelo Sistema S, CNC e Sebrae. Recorda que posteriormente com a Anseditur, foi possível chegar na ponta, em uma ação capilar levando a agenda do desenvolvimento turístico às regiões do país e também construir a ideia de conjunto dos destinos indutores, um segundo ciclo deve se estender até ao final da Copa do Mundo. Acha que o período merece reflexão para identificar as necessidades do setor, do ponto de vista da ampliação do número de turistas internacionais e da consolidação do mercado interno e permitir efetivamente que o turismo passe a ser uma nova fronteira do desenvolvimento nacional. Acredita que existe no turismo um conjunto de vantagens comparativas que pode ser objeto de um plano de aceleração do crescimento e mais adiante, com o estudo realizado pela UFSC e Ministério, deverá ser possível apontar os entraves ao desenvolvimento do turismo nacional e quando removidos permitirem um crescimento à altura do potencial do setor. Percebe que a ação do Ministério ainda não está muito clara na sua articulação interna para visualizar as demandas do turista brasileiro e do internacional que interessa como ministro, fazer a gestão dos programas, das políticas públicas e da infraestrutura quando entender claramente quais os benefícios para o consumidor final. Para tanto, isso requer melhores condições de aferição do mercado através de plataformas que interagem com a demanda do novo turista que define a sua própria experiência de viagem e também dos milhões que necessitam de serviços de agência, operadora para obter uma experiência bem-sucedida. Entende a necessidade de construir uma relação melhor com os operadores do mercado, aproximar e agir com menos timidez e ter condições de recuperar, porque muitos estão representados no Conselho e a relação pode resultar em alto nível de parceria e reflexão sobre desafios. Sugere investir em um esforço pactuado com os integrantes do Conselho para recuperar o seu funcionamento orgânico por meio das Câmaras Temáticas que possibilita uma escuta atenta das demandas e alcançar ressonância nas questões fundamentais. Reitera a necessidade de aprimorar a Lei Geral de Turismo e realizar um programa de aceleração do crescimento do turismo, apoiado pelas entidades. Comenta que é importante aproveitar o momento em que o turismo está em cheque com a Copa do Mundo, recebendo mais de 600 mil turistas internacionais, além dos três milhões nacionais que devem circular nos próximos 30 ou 45 dias, e refletir sobre os erros e acertos em torno dos grandes eventos. Informa que desenvolve uma pesquisa que pode revelar significativamente não só o impacto direto do turismo na economia brasileira, a exemplo da Copa das Confederações, mas como o setor sai fortalecido pela alta visibilidade, com pelo menos 3.6 bilhões de pessoas, telespectadores de diversas formas com as imagens do Brasil. Destaca ser preciso tratar esse assunto na Embratur para ter uma estratégia agressiva de promoção aliada com o setor privado, pois a visibilidade a ser adquirida pelo país deve resultar em incremento do fluxo turístico não só internacional mas também para os brasileiros que nunca visitaram as cidades sede da Copa. Diz ser estranho o Ministério não possuir uma estratégia clara para o mercado interno, que acaba de designar a nova Diretora de Marketing, Sra. Luciana Fernandes, cujos primeiros entendimentos esclarece a necessidade de estabelecer uma estratégia do Brasil para os brasileiros, uma vez que 90% do mercado é interno, milhões de brasileiros ainda não conhecem o próprio país e precisa investir em um trabalho sistemático de articulação da oferta nacional pensando nas experiências regionais bem sucedidas e nos exemplos praticados pelo setor privado. Acredita que sem um

esforço articulado no pós Copa, dificilmente as condições de aproveitar os ganhos de imagem do país poderão ser incrementadas já em 2015, quando vem mais 500 mil turistas, média que ocorreu na África do Sul e Alemanha, saiu de 21 para 23 milhões no pós-jogos olímpicos, também. Então o Brasil tem condições em torno de 6 a 10%, se trabalhar, mas precisa investimentos, repensar o escopo das estratégias e espera em breve poder fazer uma ação específica com os conselheiros no campo da promoção internacional, articulado com a promoção do turismo interno. Sabe que os desafios são enormes, mas espera que o debate a partir do trabalho com o “PNT em Ação” permita elencar as prioridades, muitas já discutidas pelos conselheiros no documento entregue pelo Guilherme Paulus reivindicando uma agenda tributária, de impacto econômico na atividade e que o Ministério deve enriquecer apontando os impactos resultantes não apenas do ponto de vista do ganho de emprego, mas sobretudo dos investimentos que podem ser feitos a partir do melhor ambiente de negócio. Relata expectativa em hierarquizar as medidas legislativas em uma agenda com o Congresso e que a Comissão de Turismo da Câmara pode ser um parceiro importante, já à disposição para efetivamente trabalhar e executar os destaques no segundo semestre, independente do momento eleitoral. Demonstra interesse em avançar nessa agenda e no decorrer da reunião volta a tratar sobre o tema a partir da apresentação e discussão do trabalho a ser apresentado pela UFSC, que os pontos de inflexão necessários passam pelo Conselho como forma de alcançar legitimidade e inserção na agenda prioritária do governo. Reforça que deseja manter uma interlocução contínua com o Conselho, reinstalar a dinâmica das Câmaras Temáticas com apoio técnico e jurídico para que as medidas sejam trabalhadas, articuladas e negociadas com o suporte necessário. Imagina que é possível até a próxima reunião do Conselho ter as condições necessárias para dar mais um passo na direção da construção da agenda do 3º ciclo de desenvolvimento do turismo brasileiro, e que parte substantiva das reflexões está enunciada nos documentos a serem apresentados e disponibilizados pela UFSC-MTur. Agradece. Na consecução da ordem do dia, o **Secretário Executivo Alberto Alves** dá as boas vindas, saúda o Ministro Vinícius Lages, o anfitrião Secretário de Turismo do DF, Luís Otávio Neves, demais componentes da mesa e, em nome do presidente da Abracamping, Luís Edgar Tostes, saúda os conselheiros. Considera uma honra participar do time que faz o turismo no Brasil, o Conselho Nacional do Turismo, instância fundamental que amplia, aprofunda e diversifica o debate do setor, reunindo em um mesmo fórum, distintos e importantes atores do turismo nacional. Reitera o desejo de colaborar para alcançar resultados ainda melhores, que chegou a hora de começar um novo ciclo e juntos aumentarem a competitividade dos produtos e destinos, um desafio do pós Copa. Reafirma que estará à disposição dos conselheiros e agradece. O **Secretário Nacional de Desenvolvimento de Programas, Neusvaldo Lima** cumprimenta o Senhor Ministro, agradece as palavras elogiosas na certeza de corresponder à confiança depositada no seu trabalho e saúda os demais participantes da mesa, conselheiros e colegas do Ministério do Turismo. Coloca-se à disposição para engajar no novo processo de afirmação do turismo brasileiro como um vetor de peso na economia onde a expectativa é evoluir de forma substancial na condição de secretário e servidor público, coloca-se à disposição do Conselho. O **presidente da Embratur, Sr. Vicente José de Lima Neto** saúda o Ministro Vinícius Lages, os secretários, conselheiros, servidores do Ministério e da Embratur, e o Sr. Luís Otávio Neves, Secretário de Turismo do DF. Fala do lançamento do aplicativo que está à disposição dos turistas nacionais e internacionais e convida a todos para acessarem. Ressalta que a Embratur tem a tarefa de promover fora do país com a captação da Copa do Mundo, cuja exposição da imagem começou com os jogos pan-americanos e o uso de uma plataforma muito forte de divulgação. Reitera que em função do conteúdo Plano Aquarela e do amadurecimento dos mercados, a Embratur intensificou ações promocionais a partir da classificação dos países para a Copa do Mundo. Informa a reabertura dos Escritórios Brasileiros de Turismo no exterior, com três escritórios nos Estados Unidos que ajudam a definir a política da Embratur. Comunica que no momento prepara um novo material para as ações do próximo período, com base na plataforma dos jogos Olímpicos, uma nova oportunidade de exposição do Brasil após a Copa do Mundo. Comunica o lançamento dos filmes Encontro e Dance em coletiva internacional no Ministério do Turismo, que estão circulando em mídia digital, com canal fechado, apresentando a

diversidade do Brasil nos mercados prioritários. O **Sr. Cláudio Magnavita** cumprimenta os membros do Conselho em nome da Presidente do Fornatur, a Sra. Oreni Braga. Relata que na reunião do Fonatur deu para sentir confiança na reabertura do diálogo com o Ministério do Turismo para tratar de problemas antigos e agora entram no radar para uma solução e que o dever de casa é promover a terceira onda do Turismo colocada pelo Ministro Lages, e que os estados tentam reeditar estabelecendo as políticas para serem executadas e, como salvaguarda destaca a importância dos Conselhos Estaduais e do Conselho Nacional de Turismo. O **Secretário Estadual de Turismo do DF, Luis Otávio Neves** cumprimenta a todos e diz que sempre que possível oferece o Centro de Convenções Ulysses Guimarães para realizar as reuniões do Conselho, porque entende que é importante para o turismo de Brasília, uma cidade acolhedora e cada vez mais equipada. Lembra a proximidade dos jogos da Copa do Mundo, que Brasília está com a infraestrutura bem preparada e espera muito sucesso no sentido de efetivamente mudar a percepção sobre o Brasil para que seja muito mais respeitado lá fora. O **Sr. Guilherme Paulus (Indicação da PR)** saúda a todos e parabeniza a nova equipe de dirigentes do Ministério do Turismo e da Embratur, além do conselheiro Claudio Magnavita, atual Secretário de Turismo do Rio de Janeiro onde tem feito um trabalho excelente, também como vice-presidente do Fornatur. Como defensor da Copa do Mundo, considera que os objetivos estão sendo alcançados e que existe a oportunidade do Brasil mostrar o seu potencial. Após as manifestações iniciais, o **Assessor Italo Mendes** apresenta o Balanço das Ações para a Copa do Mundo Fifa 2014 e como o Ministério do Turismo deverá funcionar no período. Apresenta o plano de comunicação elaborado e o Centro Integrado de Defesa do Turismo, estratégia do governo federal para solução de problemas durante o evento. Destaca o esforço concentrado com monitoramento, visando o sucesso do evento a partir do receptivo nas doze cidades-sedes e um conjunto de 95 CATs construídos com recursos do Ministério, além do material de atendimento, delegacias do turista, consulados itinerantes com 18 mil voluntários treinados, sinalização turística, além da implementação de obras de acessibilidade nos destinos turísticos com a celebração de 38 contratos com as 12 cidades sedes, ao longo de 2012 e 2013. Na qualificação profissional, faz parte do compromisso a oferta de vagas no Pronatec e lembra que vários conselheiros foram parceiros na execução do programa, sobretudo, no *Pronatec in Company* quando foi pactuada a oferta de 157 mil vagas em 52 cursos de Turismo e superada para 166 mil vagas no período de 2012 a 2014. Na sequência, o **Coordenador Jair Galvão** faz referência às caravanas com ações que resultaram no planejamento realizado no período que antecede a Copa do Mundo no âmbito do Gecopa com os Planos Operacionais das Cidades Sede. Enfatiza a adaptação do método desenvolvido para a Copa das Confederações servindo como aprendizado sobre o que funcionou e o que precisou de ajuste, além do papel desempenhado pelo Ministério, fundamental para interlocução e identificação de demandas no foco da acomodação. O **Secretário Vinicius Lummertz** trata sobre a Agenda Estratégia do Turismo e o primeiro “PNT em Ação”, já do conhecimento do Conselho e que posteriormente terá uma apresentação técnica mais profunda, no âmbito do Comitê Gestor. Enfatiza que o trabalho foi desenvolvido por meio do Termo de Cooperação celebrado entre o Ministério do Turismo e a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC que reavalia o que o Ministro Lages chama de nova fase do turismo e que o Ministério poderá vir a ser uma instituição de vanguarda, funcionando em um novo modelo de gestão, adotando um sistema que congrega instituições privadas, estados, municípios e o turista. Revela que o trabalho foi coordenado pelo Departamento de Engenharia e Gestão do Conhecimento da UFSC, funcionando de forma multidisciplinar em conjunto com a área de turismo da Universidade Federal do Paraná, com o Prof. Alexandre Biz, também especializado na área virtual para promover co-participação, pro-criação e que o Ministério precisa recorrer a esse tipo de ferramenta, inexistente em 2003 quando da sua criação. Relata que o projeto executado deve ao longo do tempo, apoiar as mudanças previstas e endereçar o Ministério do Turismo para atuar em temas reais, tratar o marco legal, jurídico e dar indicativos capazes de promoverem a aceleração dos investimentos e a integração da cadeia internacional, em uma nova abordagem do turismo a estar presente nos Sistemas do Ministério, Embratur e do Conselho, além dos estados e municípios. Revela expectativa em acelerar os investimentos públicos e privados, concessões, PPPs e sistemas

diferenciados de financiamento, de gestão e licenciamento da produção, com abertura global e com as leis necessárias. O **Ministro Vinícius Lages** comenta que após 10 anos da criação do Ministério do Turismo é preciso revisar as estratégias de roteirização adotadas em 2013, que apesar do grande investimento realizado com os parceiros estaduais para juntar os pontinhos da experiência turística, empacotar em roteiros e ir até o mercado - “Salão Brasileiro de Turismo” para vender foi uma ilusão, apesar da boa intenção. Ressalta que o mundo mudou, que hoje o poder está nas mãos do consumidor que tem condição de construir o seu próprio roteiro, e precisa identificar os interesses para referenciar a oferta e possibilitar a construção de uma multiplicidade de roteiros customizados, a partir da necessidade de cada turista. Considera que essa é uma boa medida, porque permite trabalhar a partir dos referenciais do próprio consumidor numa perspectiva do que é interessante estar na prateleira para ser vendido e também, preparar a força de venda e dar insumos para quem opera efetivamente os destinos. Acredita que o uso da experiência na plataforma permitirá também obter conteúdos e informações, promover o controle da qualidade, compartilhar fiscalização dos serviços a partir do próprio usuário que utiliza tecnologias disponíveis no mercado e constituir referências para o consumidor esclarecido no ato da escolha, além de possibilitar as parcerias na promoção, na medida em que compartilhar a roteirização. O **Secretário Vinicius Lummertz** enfatiza que a co-criação, co-produção, como falou o Ministro Lages pode ocorrer com a mídia, e informa que o Ministério pretende reunir um grupo que entende do assunto para discutir a campanha outono no formato proposto, porque conhecem o mercado e podem trabalhar em conjunto. O **Prof. Alexandre Biz** após cumprimentos lembra a reunião do Conselho em dezembro de 2013, quando realizou uma breve apresentação do projeto iniciado com o Plano Nacional de Turismo 2013-2016, para permitir que as metas estabelecidas fossem alcançadas a partir da identificação de fatores críticos. Ressalta que o projeto trabalhado passou a ter um olhar diferente, com um novo modelo onde o Ministério e o setor constituem uma plataforma única onde o Ministério é o ente principal na relação com os demais setores federal, estadual e municipal. Esclarece que ao mesmo tempo permite trabalhar em integração, em termos de co-criação, com os atores ligados indiretos e diretamente ao turismo, com integração sistêmica permitindo uma relação de transferência de dados que possibilita ao turista que chega ao Brasil ter um arco de informações capaz de monitorar e estabelecer conteúdos, como acontece nas redes sociais. Explica que o projeto está montado nesta lógica, precisa de marco regulatório que permita a segurança jurídica nos investimentos públicos e privados, impacta as ações de apoio ao micro e pequeno empreendedor individual, representado pela pequena empresa que é a principal base do turismo. Permite ainda ampliar e facilitar o acesso ao crédito como meio para desenvolver. Enaltece a necessidade de investir em pesquisa que possivelmente, no próximo semestre, ocorram oito novos estudos trabalhando na lógica de integrar a academia, centro de excelência e especialistas de diferentes segmentos, pois a educação precisa da relação de qualificação contínua, para cada evolução de um novo produto. Registra que em termos metodológicos, o trabalho partiu da análise de documentos elaborados no Ministério do Turismo, de estudos formulados pela UFSC e de referências econômicas da FGV que permitiram gerar diretrizes para atuação nos quatro segmentos iniciais, além de possibilitarem a validação da metodologia e do conjunto de metas no âmbito dos impactos econômicos e legais. Sublinha que ao final devem ser apresentados pelo menos quatro produtos ou segmentos analisados por especialistas de diversas áreas e que a metodologia e ferramentas a serem disponibilizadas ao Ministério tratam de prospecções de cenários que requerem a relação entre os atores. O **Secretário Vinicius Lummertz** considera que em pouco tempo é difícil detalhar toda a questão sistêmica do projeto, bem como o envolvimento dos estados e sugere promover uma nova apresentação, com mais especialistas da área, para esclarecer melhor. Acredita que poderia resumir e ter uma primeira fase, talvez seja importante “turismo como plataforma de desenvolvimento socioeconômico na estratégia de país” e já discutir o que todos esperam do Ministério, da Embratur e do CNT no tempo atual, promovendo essa plataforma de negócios, trabalhando com a iniciativa privada que possui lideranças múltiplas alinhadas com o mercado, além dos estados e municípios. Complementa que isso implica em ter que trabalhar mais com o mercado na ideia de co-produção que está clara na explicação do Ministério virtual, parceiro do

Ministério físico na composição do conhecimento de vanguarda que esse é o desafio. Ressalta que a questão do governo eletrônico aberto deve acontecer para todas as áreas de governo e não pode deixar de acontecer no Conselho Nacional de Turismo, que possui o segmento participativo mais amplo do Brasil, de grande multiplicidade, mas que permanece desassociado quando, por exemplo confunde o papel da plenária com o do próprio Conselho. Ressalta ainda a necessidade de trabalhar forte nas Câmaras Temáticas e que o Ministério deve ter muita força de inteligência para apoiar as iniciativas e fazer com que as questões apresentadas se transformem efetivamente em fatores de negociação. Enfatiza que a Lei Geral do Turismo precisa do viés de mercado, de mudanças no ambiente atual de negócios turísticos, de modernização dos marcos legais e de aceleração dos investimentos públicos e privados. Realça que o esforço de plataforma do Ministro Lages tem a premissa da inovação, tecnologia, competitividade global, qualidade total, todos integrados no modelo. Em síntese considera que a apresentação da UFSC acaba por redesenhar o funcionamento do ministério virtual e o papel do CNT, faz do marco legal a grande meta para resolver os gargalos do setor. Relata que os segmentos selecionados para início do trabalho, Cidades Históricas e Turísticas, Orla e Parques Nacionais dispararam na frente porque incluem os demais e que as coisas podem acontecer nesses macroambientes. Comenta que após a Copa, esse deverá ser o ponto de partida para trabalhar os documentos referenciais apresentados, em uma ação que demanda a participação de juristas de alto nível para arredondar cada setor e estabelecer os pesos econômicos que justifiquem as mudanças. A **Sra. Anita Pires (ABEOC)** cumprimenta o Ministério pela decisão inteligente e oportuna de incluir no projeto o setor de eventos por ser democrático, gerador de riqueza e postos de trabalho, haver crescido 14% em 2013 e impactar 52 setores econômicos. Parabeniza a metodologia apresentada que deixa de tratar o turismo pela intuição e passa para uma forma inteligente. Considera o momento estratégico e assume o compromisso de entregar, em julho, uma pesquisa do setor feita com o apoio do Sebrae Nacional, CNC e coordenação da ABEOC no processo que deve permitir um trabalho extraordinário a partir da plataforma e da metodologia construída. O **Sr. Claudio Magnavita** fala pelo Fornatur e dentro da visão sistêmica do projeto, pede para ampliar as matrizes, porque é possível criar e implantar em nível estadual, até municipal, pois existem alguns entraves, inclusive com relação a marcos legais e se aplicar no cenário nacional, poderá ocorrer resultado imediato. O **Sr. Alexandre Sampaio (FBHA)** informa que no Rio de Janeiro houve redução de 4% para 2% do ICMS sobre o faturamento bruto de restaurantes e que aumentou a arrecadação do estado, ou seja, se aplicar a mesma inteligência via Ministério para os estados, esse pacote pode ser bem mais amplo. Parabeniza o trabalho apresentado que considera bem fundamentado. O **Ministro Vinicius Lages** constata que apesar da transformação do Ministério como da Infraestrutura Turística, com 4.500 obras em andamento e investimentos de cerca de 11.0 a 13.5 bilhões de reais por ano, o mesmo não possui uma inteligência sobre a infraestrutura, nem mesmo articula com os índices de competitividade dos 65 destinos indutores, ou seja com a grande matriz de articulação das intervenções, que por sua vez precisa ser combinada com a agenda a ser proposta, de maneira que espera finalmente que o Ministério possa dispor nas suas distintas áreas de atuação, de uma inteligência compartilhada envolvendo obras, serviços, investimentos, facilitação para os ambientes de negócios e atração de investimentos. O **Secretário Neusvaldo Lima** lembra que o Ministério após 10 anos de existência tem um aprendizado a ser resgatado e projetado para frente com as melhorias que podem ser executadas através do funcionamento orgânico dos seus setores. Acredita que, como Ministério da Infraestrutura se agigantou nessa linha de trabalho, com um aliado forte que é o Congresso Nacional, com 70 a 80% de investimento constando nas diretrizes orçamentárias. Comenta a ideia de criar um banco de projetos no sentido de dar qualidade no desenvolvimento do turismo e que está na hora de promover o sentido do crescimento e identificar os vetores que respondem melhor. Enaltece a proposta de voltar a trabalhar em conjunto, ter a governança realmente articulada em todos os segmentos e nos diversos níveis de governo. Lembra um instrumento valioso existente no Ministério, o Fungetur, com aporte anual de recursos em torno de 35 milhões, razoavelmente utilizados, mas que pode ser ampliado porque ainda prevê outras cinco fontes ainda não usadas. A **Sra. Claudia Pessoa (Anseditur)** comenta que aflige o fato de que alguns municípios não capitais, mas de suma importância

para o desenvolvimento regional, possuem pouca capacidade de dispor de projetos estruturados para execução, e considera importante o banco de projetos, pois faz grande diferença. O **Sr. Guilherme Paulus (Ind. da PR)** destaca que a aceleração de investimentos no Brasil é importante principalmente com a participação dos setores privado e público. Lembra a parceria mantida com a Infraero na construção de hotéis, com três concessões que representam um sucesso de PPP, caminho esse que vem sendo adotado, realmente diferente de uma iniciativa solitária. Revela expectativa quanto à solução das dificuldades para divulgar o Brasil no exterior e como atrair mais para o Brasil que precisa facilitar ou liberar o visto para alguns países como o Japão e os Estados Unidos. Parabeniza o trabalho desenvolvido no Ministério do Turismo, com visão diferente e considera importante articular no sentido de buscar a permanência do Ministro Vinicius Lages e sua equipe no ministério e não perder a sequência de trabalho no setor. Na sequência o **Assessor Italo Mendes** fala sobre o Documento Referencial, já elaborado no primeiro horizonte temporal 2007-2010 e outro em 2011-2014, de extrema importância, porque constitui a base para os próximos ciclos de planejamento, construído a partir do trabalho integrado com o Conselho e o Fornatur, na linha do PPA. Diz que o documento serve também de interlocução no momento eleitoral, como plataforma de inserção do turismo na agenda dos candidatos. Comunica que passa a inserir a Anseditur nesta construção, como interlocutor importante do sistema municipal que os procedimentos adotados desde a primeira edição, o trabalho terá acompanhamento permanente do Comitê de Gestor, formado por coordenadores de Câmaras e Categorias de Atividades do Conselho Nacional de Turismo. Ressalta que a intenção é concluir o documento no início de setembro para permitir a interlocução no processo eleitoral e depois, com prazos mais confortáveis no âmbito da gestão pública, constituir a base do próximo ciclo de planejamento já incorporando as reflexões de um novo Ministério, do Conselho Nacional de Turismo e da Embratur. Revela a que ideia inicial é instalar o Comitê Gestor e, na sequência, estabelecer meta de contratação de pesquisa para apoio, e em agosto repetir uma conferência para debater o cenário macroeconômico, a exemplo do que ocorreu na edição anterior com o Prof. Carlos Langoni. Fala em seguida na reflexão importante constituída no âmbito do Conselho Nacional de Turismo, que é a realização da 1ª Conferência Nacional de Turismo, um instrumento de participação social e debate em prol do turismo. Destaca que a Conferência terá uma comissão organizadora nacional com 15 representantes, sendo 5 do Ministério do Turismo, 3 da Embratur, 5 da sociedade civil, indicados pelo Conselho Nacional, além de um representante da Secretaria Geral da Presidência da República, que articula os processos de participação social na construção de políticas públicas e mais um representante da Secretaria de Relações Institucionais, responsável pelo diálogo interfederativo. O **Sr. Claudio Magnavita (ABRAJ)** revela interesse na Conferência, conforme registros em atas de reuniões do Conselho e pede a inclusão do Fornatur, porque segundo a Lei Geral do Turismo possui a mesma instância de governança do Conselho Nacional. O **Assessor Italo Mendes** acha bem lembrado e sugere incluir também a Anseditur, representação dos secretários municipais. Diz que a partir do compromisso público assumido pelo Ministro Lages, o próximo passo é encaminhar a minuta de decreto à Presidência da República que convoca a Conferência. Informa que a previsão é fazer no final de 2014 um evento mobilizador sobre o conjunto da estratégia do novo ciclo do turismo brasileiro e ao longo de 2015 realizar as etapas municipais no primeiro semestre, pois esses governos não terão mudança de mandato, ficando para junho e agosto as etapas estaduais, e a 1ª Conferência Nacional de Turismo em setembro. O **Sr. Claudio Magnavita (ABARJ)** diz estar satisfeito em ver sair do papel a proposta para realizar a 1ª Conferência Nacional de Turismo e sugere trazer a experiência do Rio Grande do Sul para o debate. Lembra que o decreto deve ser bem elaborado com participação do Comitê Gestor pois é o instrumento que norteia os rumos da Conferência, servindo de elemento mobilizador. O **Sr. Roberto Rotter (FHOB)** observa que foi falado sobre a co-participação, co-contribuição e a Conferência propõe que 80% dos envolvidos sejam públicos estando a participação da iniciativa privada reduzida e sugere que seja paritário. O **Secretário Vinicius Lummertz** sugere que o conselheiro, autor da proposta, converse com os demais conselheiros para verificar quem poderia ocupar os lugares adicionais. Indaga se a proposta de 15 representantes passaria a ser 22, sendo 11 do governo e 11 do Conselho. O **Sr. Alexandre Sampaio**

(FBHA) sugere dentro do conceito da paridade no governo, fazer o mesmo quanto aos setores privados representados no Conselho. O **Secretário Vinicius Lummertz** diz que há um pedido de acerto para incluir a representação dos trabalhadores e que as demais vagas poderiam ser resultantes de consenso no Conselho, totalizando 11 vagas. Segue com as manifestações dos membros do Conselho, antes convida a representante do Deputado Renato Molling da Comissão de Turismo do Congresso Nacional que atende convite para participar do Conselho e a convida para se sentar à mesa. A **Sra. Ana Kátia Bertholdo** destaca que o Deputado está em reunião do Mercosul, por isso não pode comparecer, mas declara que é de extrema importância a Comissão de Turismo ter assento no Conselho. O **Ministro Vinicius Lages** considera o assunto deliberado e destaca que os Deputados Renato Molling e Carlos Eduardo Cadoca são parceiros e que em recente conversa na Câmara dos Deputados discutiram para alinhar os temas apresentados e o compromisso de assumir a agenda para levar adiante as iniciativas no Legislativo. O **Secretário Vinicius Lummertz** dá continuidade as manifestações dos conselheiros e passa a palavra ao **Sr. Guilherme Paulus** que solicita colaboração do Ministério em assunto referente aos prejuízos causados aos consumidores e as atividades das agências de viagem, pela aprovação do veto parcial Nº 7, da Presidência da República, quanto a PL 5.120, já encaminhada ao Congresso Nacional em 16 de maio. Cita como exemplo a CVC, operadora recentemente autuada em R\$ 100 mil, por extravio de bagagem pela companhia **lloyd Boliviano** e a penalidade é aplicada à empresa operadora. O **Sr. Paulo Solmucci (Abrasel)** parabeniza o Ministro Lages pela sua indicação ao Ministério do Turismo e diz que o setor comemora. Comenta os avanços nos últimos anos, mas considera ter ocorrido um retrocesso significativo e chama a atenção especial para a perda na governança do turismo, na capacidade de articular e impactar na ponta, sugere avançar no sistema apresentado, com integração sistêmica. Solicita a volta de temas como a Conta Satélite e da Competitividade de maneira a chegar ao empreendedor, pois os discursos nas reuniões estão muito centrados em obras e eventos, e pede cuidado para que não fique apenas um Ministério da Infraestrutura Turística. Sugere tratar de temas que mostrem como a pequena empresa pode sair do Simples e continuar competitiva e o debate sobre meios de pagamentos que atinge todo mundo e o Brasil tem as taxas mais elevadas. Lembra que esses assuntos estão hoje na pauta de discussão do Banco Central, que o Conselho tenta uma vitória de regulamentação e o turismo está ausente. Diz que sente falta também do tema da qualificação e questiona os números mostrados de 166 mil inscrições no Pronatec, mas para bares e restaurantes foi zero e propõe que o Ministério volte a ser player neste esforço. O **Secretário Vinicius Lummertz** revela solicitação do Ministro Lages para agenda a reunião com o Ministro Guilherme Afif Domingos e o compromisso de levar um grupo para discutir temas como desoneração e parceria. Diz que no tema da capacitação a discussão tem sido para que o Ministério seja provedor de conhecimento e não executor ou definidor do saber, acha que o Ministério do Turismo pode trabalhar os capacitadores, criar credenciamentos, pesquisas e identificar o que cada setor precisa e o como fazer, porque o Sebrae, Senac e Universidades podem capacitar melhor e essa reflexão tem que existir. O **Ministro Vinicius Lages** pondera que o Pronatec é insuficiente para trabalhar com as competências necessárias em cada setor e, para não perder o prazo do MEC foi criado o Pronatec Turismo, porém sem haver passado por um processo de avaliação, por exemplo, com o Senac e a CNC, além da necessidade de recuperar uma série de hipóteses de trabalho do “Bem Receber”. Reitera que a agenda de qualificação interessa muito, até porque educar está no discurso da Presidente como alternativa para aumentar a produtividade no Brasil. Admite que na questão das emendas, os parlamentares adorariam colocar mais recursos em outras áreas, mas terminam indo para infraestrutura, mesmo sem a clareza do mapa de onde deveriam investir. Acredita que o Ministério precisa retomar a condição de analisar eventos, exposições, iniciativas de qualificação com a mesma tranquilidade e segurança que o Secretário Neusvaldo Lima consegue orientar sua equipe para obter uma boa taxa de aproveitamento. Sabe da necessidade de rever a portaria 112 que bloqueia algumas iniciativas, que não foi feita uma reavaliação com o Conselho mas espera trazer proximamente uma sugestão para discutir em Câmara Temática específica e avançar. O **Sr. Alain Baldacci (Sindepap)** destaca que a agenda de inovação, o novo momento do turismo e a questão da inteligência para analisar quatro setores de forma sistêmica, com



dados reais, além da identificação dos gargalos, são aspectos importantes que não estão no âmbito de decisão do Ministério do Turismo. Sabe que a atividade é transversal e os problemas estão em vários órgãos como o Ministério do Trabalho com a legislação trabalhista, o Ministério da Fazenda com a taxaço, o Ministério da Justiça com a segurança do turista, a Aviação Civil e a Infraestrutura, por isso que o Ministério do Turismo tem pouca mobilidade para resolver todos os problemas que afetam o setor. Espera que o conselheiro Alexandre Sampaio, com representação na CNC, possa promover uma união em favor do Ministro Lages e ter um Ministério estratégico na Esplanada. O **Ministro Vinicius Lages** diz que solicitou ao Alexandre Sampaio para marcar um encontro com o Dr. Antônio Oliveira Santos e também informa que a senadora Kátia Abreu já se colocou à disposição para fazer do turismo uma plataforma de crescimento do país que interessa articular o tema alimentos, gastronomia e turismo, o que considera importante porque, além de Senadora da República, preside a CNA, é interlocutora direta com a Presidência da República e está do lado do turismo e só precisa encontrar o momento de aproximação com o Conselho para construir uma agenda. O **Secretário Vinicius Lummertz** considera que o debate refina o raciocínio espera que os resultados extraídos da modelagem apresentada possam ir para um pacote jurídico e econômico, para nos próximos meses serem apresentados para decisão presidencial, conforme sugere o plano trabalho, e em seguida montar uma estratégia política. O **Sr. Claudio Magnavita (ABRARJ)** refere que se setor fosse mais organizado não iriam permitir que no ano da Copa do Mundo, com toda a mídia mundial voltada para o Brasil, o Ministério do Turismo sofresse um corte de 50% no orçamento, porque não se faz turismo sem dinheiro. Revela que o Portal Transparência mostra que a Embratur despenca de 148 milhões de orçamento para 82 milhões, em um momento que ocorrem críticas na mídia internacional e não há uma linha na imprensa que fale dos cortes sofridos, quando na verdade se houvesse consenso, o orçamento teria dobrado em virtude da importância que passaria a ter com os megaeventos esportivos. Acha necessário acompanhar o que está acontecendo como um termômetro da imagem internacional e que as entidades do Conselho devam estar monitoradas, porém há ausência de comunicação. Diz que pessoalmente tem auferido resultados da mídia externa, recheada com imagens de manifestações que produzem efeitos no turismo e não há reação visível. Cobra mais uma vez o Comitê de Crise, porque no momento a mídia internacional está voltada para o Brasil e o turismo não está preparado para possíveis episódios durante a Copa do Mundo. Lembra o Seminário de Gestão de Crise realizado pelo Ministério do Turismo com especialistas da OMT, e que o momento atual precisa estar em alerta. Acha essa questão muito importante, requer o envolvimento das assessorias de imprensa e do Conselho Nacional onde cada entidade tem a sua estrutura de comunicação social que deveria estar lincada em um trabalho de Comitê de Crise. Trata sobre o *Seatrade*, megaevento captado para o Rio de Janeiro em setembro, com foco na área do turismo marítimo para aumentar as paradas dos Cruzeiros de grande curso no Brasil além do conceito de porto e reitera o apoio do Ministério e da Embratur. Lembra do Atlas Turístico elaborado 2006 no Ministério e invoca a importância de recuperar o documento que tratava do direcionamento de emendas contemplando projetos com ação regional. Reitera a importância de trazer outras autoridades para as reuniões do Conselho para sentirem ao vivo a importância do Colegiado. O **Sr. Salvador Saladino (BITO)** diz que a entidade está disposta a promover a integração e total cooperação com a Embratur para ampliar a captação de turistas estrangeiros, através de um plano estratégico de curto, médio e longo prazo e reforça a completa felicidade por estar participando da reunião do Conselho. O **Sr. Alexandre Sampaio (FBHA)** saúda o Ministro e o presidente da Embratur, tem certeza que com a sinergia entre os dois órgãos os avanços serão grandes, e também reconhece que o Flávio Dino deixou uma grande semente plantada com a possibilidade de reinventar a Embratur a partir de uma agência de fomento, o que se integra plenamente com o projeto apresentado e permite mais proximidade da Embratur na divulgação do turismo brasileiro. Diz que o Procon notificou vários hotéis do Rio de Janeiro com base na interpretação do Artigo 23 da Lei Geral do Turismo, onde define diária hoteleira de 24 horas e estabelece por exemplo que a entrada as 20h permite a saída às 20 horas do dia subsequente. Considera que essa ação pública deve gerar algum transtorno na interpretação, e que talvez um mero documento, que

pode ser uma deliberação normativa do Ministério, possa esclarecer o fato. Denuncia que algumas cidades com potencial turístico estão com portais de vendas de hospedagem colocando para venda, estruturas de hotelaria não formais, sem cadastro e que precisa pelo menos uma notificação formal do Ministério, até para se resguardar daquilo que não tem garantia de qualidade e atendimento. Destaca que essa ação é uma falta de respeito ao código do consumidor e um processo de concorrência desleal. Pede para o Ministério estender o mesmo benefício dado à hotelaria para continuar no Brasil Maior, que o assunto possa ser discutido de maneira razoável e que a CNC e a FBHA podem apoiar nos levantamentos dos números econômicos e estatísticos para subsidiar o pleito de estender à área de alimentação fora do lar. Declara que está à disposição eventualmente para recepcionar alguma das Conferências estaduais e municipais e dentro da questão que envolve a discussão no Conselho Nacional de Turismo, nas Comissões Técnicas para subsidiar com os estudos econômicos e jurídicos, ser partícipes e trabalhar em conjunto no processo. O **Sr. Moacyr Tesch (Contratuh)** cumprimenta o Ministro e conselheiros. Diz que sabe da atuação do Ministro Lages no Sebrae e como encara a qualificação, tanto dos empregados quanto dos empresários. Acha que a Conferência é de suma importância para preparar o Brasil e o Ministério, em especial, para uma política de estado, e pede para fazer parte da Comissão organizadora, como representante dos trabalhadores. Lembra a primeira edição do Sebratur em 1999, quando foram elencados 79 gargalos no turismo nacional, um evento que contou com a participação dos trabalhadores, empresários, governos, parlamentares, sociedade, universidades, e que os documentos resultantes trataram da Lei Geral do Turismo, da sugestão de transformar a Embratur em Agência de Desenvolvimento e Fomento, da recomendação para criar a ANAC, o CNTur e o Ministério do Turismo e a Conferência pode ser um momento para retornar a discussão. Defende a qualificação profissional e ressalta que possui alguns questionamentos quanto a representação do Sistema S no Pronatec e sugere que seja feita através de Escolas Técnicas nacionais. Enfatiza que o Conselho está de prontidão para articular no Congresso Nacional ou fazer lobby para conseguir melhores receitas para o turismo e fazer com que o setor avance com apoio político. Lembra as Câmaras Temáticas e pede para pensar numa forma de continuidade efetiva, que cumpram o papel e socializem informações. O **Secretário Vinicius Lummertz** destaca que existe um problema recorrente nas reuniões do Conselho quanto ao uso do tempo para as manifestações, o que resulta numa perda para quem fala por último e que todos têm muitas coisas a dizerem. Propõe para a próxima reunião do Conselho, inverter a inscrição ou alguma coisa parecida, e que deverá pensar no assunto. O **Sr. Márcio Santiago CBC&VB)** comenta que o transporte aéreo regional está em fase difícil, e reflete no segmento de eventos, pois as cidades investem nos Centros de Convenções e não recebem retorno em função da ausência da aviação e sugere que o Conselho fique atento. Trata sobre a revisão da questão do visto, sobretudo com os Estados Unidos. Coloca a Confederação à disposição da formação do Comitê para organização da Conferência, aproveitando a capilaridade de 115 Conventions no Brasil. O **Sr. Luís Daniel Guijarro (ABR)** como primeira participação no Conselho aborda um ponto importante que é a promoção do turismo do Brasil no mercado internacional para os resorts. Diz que a Copa do Mundo, por conta das delegações que estão em resorts, devem ocupar uma ordem de 300 mil noites, que no contexto geral é muito pouco e, praticamente, não deve impactar de forma significativa na origem internacional. Acha que existe um grande caminho a discutir e a percorrer no sentido de identificar como realizar novamente a promoção internacional do Brasil. O **Sr. Roberto Rotter (FOHB)** parabeniza o estudo apresentado como um caminho importante a ser seguido e pede para que não fique apenas na teoria, seja colocado em prática e tenha continuidade. Corroborar com as colocações quanto ao formato do Conselho no que trata das demandas apresentadas pelas entidades e não tem resposta e talvez seja necessário rever o papel para tornar o Conselho mais eficiente, talvez deliberativo e com estratégias. Lembra que o Secretário Vinicius Lummertz em determinada ocasião pediu que os conselheiros ao fazerem uso da palavra colocassem propostas claras, mas que isso ficou restrito a uma reunião. O **Sr. Luiz Edgar Tostes (Abracamping)** reitera a observação feita na reunião sobre o turismo rodoviário, onde está a força do turismo brasileiro e que na Copa do Mundo iria ser intensificado com as caravanas. Lembra que solicitou

que o Ministério articulasse com a Federação de Combustíveis, Petroleiras e o Sebrae, no sentido de construir infraestrutura nas estradas e qualificar. Relata que os inúmeros assaltos aos ônibus turísticos em Brasília, não tiveram manifestação do Ministério do Turismo para pedir uma ação imediata das autoridades policiais. Reitera assunto ainda pendente no Ministério que trata dos *motohomes* estrangeiros, que não vem ao Brasil em função da limitação de permanência em três meses e lembra que o Ministério já resolveu problema semelhante com os veleiros de oceano através da Receita Federal. Reforça a importância de abrir os Parques Nacionais à visitação e permitir a instalação de áreas de camping como ocorre nos Estados Unidos, Austrália, Costa Rica, que resulta em receitas significativas, além de contribuir para a educação ambiental. Trata ainda sobre a necessidade de reformular a reunião do Conselho, em função do tempo utilizado com várias apresentações pelo do Ministério e conselheiros, provocando esvaziamento da plenária e sugere que a reunião seja de um dia. O **Secretário Vinicius Lummertz** comenta a existência de projeto em curso no Ministério para revisar o Conselho e esclarecer o formato de atuação das Câmaras Temáticas. Comenta sobre a apresentação de algumas demandas formuladas no âmbito do Conselho e o posterior processamento para proceder com os encaminhamentos necessários. Lembra que que por vezes são problemas complexos que precisam mexer com a legislação vigente e outras implicações. O **Ministro Vinicius Lages** destaca que independente da complexidade e multiplicidade de temas demandados no Conselho, cabe ao Ministério absorver as demandas e providenciar os encaminhamentos necessários para serem repassados na reunião subsequente, que isso deve constar como um momento específico de cada reunião. Considera pertinente retomar a discussão sobre a necessidade de fazer as reuniões do Conselho em um dia inteiro, e talvez para maior aproveitamento, realizar o almoço em conjunto, como um momento de interação para esgotar uma pauta de assuntos, com algumas propostas de deliberação e encaminhamento. Acredita que algumas das questões colocadas foram, em algum momento, encaminhadas ao Ministério e que devem ser recuperadas para identificar o que foi feito e incluir na pauta da reunião do Conselho. Cita a sugestão dos campings no plano de aproveitamento do potencial de parques, ou áreas específicas, que poderia ocorrer através de concessão, autorização, permissão, ou qualquer outro instrumento. Assim, mesmo que não tenha formalizado o pedido, o assunto deve estar no Ministério, porque sabe que essa é uma tese a cara da Abracamping, há muito tempo e cabe na próxima reunião prestar conta de cada um dos pontos apresentados, independente da complexidade. O **Sr. Douglas Simões (ABETA)** comenta a ISO do Turismo de Aventura Mundial, publicada há duas semanas, fruto do trabalho do Ministério do Turismo, com a ABETA e o Sebrae, muito bom porque tem 100 empresas certificadas no Brasil que já saem na frente no processo, ou seja, para se certificarem mundialmente, só precisam de uma pequena adaptação. Lembra que isso foi uma primeira parte da lição de casa, que há 10 anos escutou do Ministério que precisava fazer e foi feito. Compartilha ainda que com o apoio do Marco Lomanto, no ano passado conseguiram colocar no calendário anual de eventos internacionais da Embratur e estiveram presentes na TWS uma conquista interessante, e agora a proposta é levar pelo menos 10 a 15 operadores brasileiros para a Irlanda e fazer divulgação. O **Ministro Vinicius Lages** concorda com a tese da bioprospecção, fala que o SEMEIA fez um belíssimo estudo, mostrando que dá para alavancar, pelos menos na próxima década, R\$ 168 bilhões nos parques nacionais, não apenas com o turismo, mas também com o aproveitamento da biodiversidade. Acha que o Turismo de Aventura e o Ecoturismo também podem se beneficiar em áreas protegidas, conhece várias áreas privadas infinitamente mais bem cuidadas do que as áreas públicas e acha que pode realizar uma aliança capaz de fazer bem ao turismo brasileiro. O **Sr. Douglas Simões (ABETA)** considera que é perfeitamente possível combinar as questões, que é bom o diálogo, precisa de áreas preservadas não só para o turismo, mas também para sobrevivência da humanidade. A **Sra. Ana Clévia Guerrero (Sebrae)** informa sobre a Norma ABNT, transformada em ISO, uma grande vitória para quem faz o turismo brasileiro, e principalmente para o Turismo de Aventura, um motivo de orgulho porque foi construído no Brasil, envolvendo a ABETA, o Ministério e o Sebrae. Comunica que o convênio com a ABNT reabre o grupo de discussão da Norma ABNT e adequar a Norma brasileira, porque após aprovação da ISO algumas pequenas modificações foram realizadas,

permitindo ao empresário brasileiro ao requisitar a Norma estar adequado em termos internacionais. Reforça que o assunto está na pauta do Acordo de Cooperação entre o Sebrae e o Ministério, como assunto prioritário. O **Secretário Vinicius Lummertz** destaca que uma das coisas que estão sendo propostas para os parques é a criação de um GT no âmbito do Ministério, com ampla participação, para identificar formas de funcionamento, sejam como PPPs, concessões de serviço, etc. O **Sr. Elzário Pereira da Silva Jr. (ABBTUR)** entende que o projeto apresentado pela UFSC, na parte das PPPs e concessões contemplou parcialmente a parte humanista do turismo, deixando a desejar a necessidade de mensurar o crescimento da visitação dos turistas, a empregabilidade, o IDH, que é uma parte mais subjetiva, e que a satisfação do visitante não fica clara no projeto e seria oportuno mensurar, uma vez que permeia a qualidade dos atrativos, sejam Cidades Históricas e Turísticas, Orla, Parques Nacionais ou Parques Temáticos. Lembra a audiência pública proposta ao Legislativo pela ABBTUR, em 2013 e a Comissão de Turismo prontamente atendeu encaminhando para discussão o tema sobre a importância do turismólogo no desenvolvimento do turismo do Brasil. Acha que isso foi um marco para o reinício da luta de 40 anos para conseguir a regulamentação da Lei 12591/12, que reconheceu o profissional Turismólogo mas que deixou a categoria acéfala e agora pedem outro projeto-de-lei ou decreto presidencial para definir quem é o Turismólogo, profissional do turismo, que não possui identidade legal. Além disso, não sabem quantos são no país, já solicitaram ao MEC e não obtiveram resposta e pede ajuda do Ministério do Turismo para sanar essa questão. Informa ter deixado uma demanda de pesquisa no Ministério para levantar os setores que absorvem os profissionais de nível superior, precisam saber onde estão os turismólogos, se realmente atuam no Turismo ou se estão absorvidos por outras áreas, por não serem valorizados no mercado com a questão salarial. Pede para retomar o grupo interministerial composto pelo MEC, Ministério do Turismo e Senac para rever a matriz curricular de graduação dos cursos tecnológicos e os cursos técnicos de nível médio. Estão confusos e precisam dessa agenda. Coloca a ABBTUR à disposição do Grupo Gestor para construção do Documento Referencial 2015-2019 e da 1ª Conferência Nacional, por não poder faltar a presença dos estudantes de turismo. O **Ministro Vinicius Lages** ressalta que o conselheiro toca em pontos que tem a ver com a agenda da qualificação que o próprio Ministério ainda hoje tem uma carreira genérica e cita que 88% dos recursos estão na área de infraestrutura e não existe no Ministério uma carreira de analista de infraestrutura turística, ou analista de planejamento no turismo. Lembra que o Pronatec não passou por uma análise das competências necessárias para atuação no turismo brasileiro e acha que tem um espaço para o turismólogo reivindicar a especificidade da sua contribuição. Menciona que alguns dos assessores do Ministério são turismólogos, os melhores quadros técnicos e que não hesitou em colocá-los como assessores do Gabinete. Revela interesse em avançar nessa agenda, que particularmente é a sua e pede para acelerar um encontro para cuidar dessas dificuldades e encaixar na agenda proposta para tratar cada um dos pontos. Diz que a categoria é bem-vinda ao processo da construção da Conferência, deve envolver os estudantes, os cursos, os profissionais. A **Sra. Jurema Dantas (Fórum de Cursos Superiores)** diz que as próprias instituições de ensino são regidas por uma legislação específica do MEC e esse é o objetivo maior do Grupo de Trabalho que teve uma única reunião, exatamente para fazer esse diálogo e aproximar cada vez mais do mercado. Informa que é professora de uma instituição particular e que a relação com o mercado é mais fácil. Comunica que a Universidade Federal do Rio Grande do Norte teve aprovado o doutorado em turismo. A **Sra. Claudia Pessoa (Anseditur)** informa que em assembleia realizada em Pirenópolis foi suscitada uma problemática que os municípios sofrem em função da Portaria 312 na qual os artigos 8º e 9º mencionam as modalidades de pacote de viagem como passeio local e o tipo de veículo que pode ser executado. Diz que foi elaborado um documento e entregue ao Ministério, o qual analisou, mas admitiu a tipologia do transporte e a forma que pode ser executado, porque faz parte de uma legislação da ANTT, de esfera nacional e não pode ser modificada. Coloca como pleito que o Ministério possa articular e tratar o assunto, pois existem casos práticos muito próximos. A **Sra. Irma Karla (Fenagtur)** ressalta que Alagoas é exemplo do turismo no Brasil, seja em fiscalização, no respeito ao profissional guia de turismo ou profissional bacharel e, conta com isso para que o Ministério tenha o Estado como exemplo e dê um bom

andamento nas fiscalizações. O **Secretário Vinicius Lummertz** passa a palavra para o Ministro Vinicius Lages encerrar a 43ª reunião do CNT, que da sua parte está muito satisfeito pela boa participação, interesse, agora é fazer na prática o que está na consciência de todos. Agradece e passa a palavra ao **Ministro Vinicius Lages** que agradece a todos pela permanência. Acha necessário repensar na adequação do horário e no formato das reuniões, acredita que com a retomada do funcionamento das Câmaras Temáticas várias questões poderão ser trazidas de forma mais sintética e com deliberação. Agradece aos secretários pelas contribuições, e espera poder, com cada um dos conselheiros, retomar os assuntos colocados na concretude das ações. Diz que sai da reunião com uma responsabilidade enorme, evidentemente pelas expectativas geradas, mas que tem a tranquilidade de dizer com muita humildade e com o sentido de urgência de cada um dos temas, e também de oportunidade que todos tem que aproveitar o período pós Copa para construir a agenda projetada para o futuro. Agradece de coração pelas contribuições e diz que contem com a sua energia de sempre para fazer com que cada ponto abordado se transforme em ação concreta. O **Secretário Vinicius Lummertz** agradece a todos pelo excelente resultado da reunião e, em nome do Senhor Ministro Vinicius Lages, presidente do Colegiado, dá por encerrada a 43ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Turismo.

**VINICIUS LAGES**

Ministro de Estado do Turismo e  
Presidente do Conselho Nacional de Turismo

**VINÍCIUS LUMMERTZ**

Secretário Nacional de Políticas de Turismo e  
Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Turismo